

SÍNTESE HISTÓRICA DA ACADEMIA MILITAR

A Academia Militar, como Estabelecimento Militar de Ensino Superior que forma atualmente os futuros oficiais do Exército e da Guarda Nacional Republicana, é herdeira de um património que se estende muito para além da sua antecessora **Escola do Exército**.

As primeiras escolas militares de formação apareceram na Europa no século XVI, em resposta à evolução da arte da guerra e das importantes inovações tecnológicas no âmbito dos armamentos, o que levou, especialmente na engenharia militar e na artilharia, a um esforço na instrução e qualificação dos seus quadros.

Em Portugal, as primeiras escolas de oficiais remontam à «Escola de Vila Viçosa», criada no século XVI (provavelmente no ano de 1525) pelo 5.º duque de Bragança, D. Teodósio I, onde se ensinavam não só humanidades, mas também esgrima e equitação, “de grande vantagem para todos os mancebos que se destinassem à carreira das armas”. Alguns anos depois, em 1559, foi criada a “Aula do Cosmógrafo Mor”, sob os auspícios de Pedro Nunes, considerada antecessora da atual «**Escola Naval**».

Logo após a Restauração, e com a criação do novo Exército de Portugal, foi então atribuída particular atenção à área das fortificações. E assim, ao “cosmographo-mór do reino” Luiz Serrão Pimentel, autor do *Methodo Lusitano de fortificar as praças* (Lisboa, 1680), foi cometido por el-rei D. João IV, em decreto de 13 de Maio de 1641, o ensino de artilharia e esquadria, numa das salas do Paço Real. Esta «**Lição de Artilharia e Esquadria**», constituiu a primeira escola oficial de ensino militar em Portugal e destinava-se ao ensino teórico e prático dos artilheiros ou bombardeiros da *Nómina*. O mesmo Serrão Pimentel viria a fundar, na Corte, a primeira «Aula de Fortificação e Arquitetura Militar», para que foi nomeado lente em 13 de Julho de 1647 (dia da Arma de Engenharia), e que passaria posteriormente a designar-se por «**Academia Militar da Corte**». Nesta Academia ensinava-se Matemática, Fortificação e Castrametação, e os alunos eram formados em *ajudantes com exercício de engenheiros* para a Arma de Infantaria.

Entretanto, a 20 de Julho de 1701 foram criadas, por D. Pedro II, outras academias de fortificação nas províncias, com destaque para a de Viana do Minho, em 1701, e para as de Elvas e Almeida, em 1732.

A 7 de Março de 1761 foi criado o «**Real Colégio dos Nobres**», destinado a formar os oficiais de Infantaria e Cavalaria, enquanto a Academia Militar da Corte ficava com o encargo de formar os oficiais de Artilharia e

Engenharia. Por carta de Lei de 5 de Agosto de 1779, D. Maria I criou a «Academia Real de Marinha» e extinguiu a Academia Militar da Corte. A Academia Real de Marinha, que preparava oficiais para a Marinha e para o Exército (os dois primeiros anos dos estudos), manter-se-ia até 11 de Janeiro de 1837, altura em que lhe sucedeu a «**Escola Politécnica**», herdeira do edifício do Real Colégio dos Nobres, entretanto extinto a 4 de Janeiro do mesmo ano. No período compreendido entre 1779 (extinção da Academia Militar da Corte) e 1790 (criação da Academia Real de Fortificação, Artilharia e Desenho), o Real Colégio dos Nobres continuou a formar os oficiais de Infantaria e Cavalaria, inicialmente destinado aos filhos dos fidalgos, condição que deixaria de existir a partir de 1792, tendo em atenção o novo enquadramento social e político decorrente da implantação do regime liberal em Portugal.

Na sequência da constatação de algumas deficiências detetadas na formação dos seus artilheiros e engenheiros, D. Maria I criaria, por carta de lei de 2 de Janeiro de 1790, a «**Academia Real de Fortificação, Artilharia e Desenho**» (ARFAD), cujos estatutos regulavam, já com assinalável pormenor, a estrutura, organização e funcionamento da vida académica. O ensino abrangia um período de três (Infantaria e Cavalaria) a quatro anos (Artilharia e Engenharia militar e civil) e exigia aos candidatos a oficial, como preparatórios, o 1.º ano (para Infantaria e Cavalaria) e o 2.º ano (para Artilharia e Engenharia) do curso de matemática da Academia Real de Marinha. Os lentes da Academia Real eram equiparados em honras e vencimentos aos da Academia Real de Marinha e aos da Universidade de Coimbra. Entre 1790 e 1837 (em consequência das guerras, a Academia não funcionou de 1809 a 1811 e no ano letivo de 1833-34), formaram-se na ARFAD, 462 alunos (dos 2736 inscritos!), tendo sido considerada pelo Professor Doutor Montalvão Machado como “a primeira escola verdadeiramente científica, destinada ao ensino superior das matérias que interessam ao oficialato do exército português”.

Quarenta e sete anos depois, e num ambiente político e económico muito particular, foi criada, pelo Marquês de Sá da Bandeira, a «**Escola do Exército**» (EE), por decreto de 12 de Janeiro de 1837. Entre as razões para a criação da EE, está a necessidade da remodelação da ARFAD, quer pela insuficiente instrução preparatória da Academia Real de Marinha, quer pelo desfasamento do ensino relativamente ao que se passava no resto da Europa, com especial referência para Espanha, Inglaterra e França. O método de ensino (e as disciplinas análogas) era comparado ao da Escola Politécnica, tendo também os seus lentes iguais honras e categorias. Antes de ter ocupado as atuais instalações (Palácio da Bemposta) em 1851, a EE ficou instalada no edifício do Colégio dos Nobres, ao Monte Olivete, no Pátio do Pimenta (depois de um incêndio em 1843), na Rua de Santo António dos Capuchos, e no Palácio dos Condes de Murça.

Depois de sucessivas reestruturações (Escola do Exército entre 1837 e 1910, Escola de Guerra entre 1911 e 1919, Escola Militar entre 1919 e 1938 e novamente Escola do Exército entre 1938 e 1959) foi criada a «Academia Militar» pelo Decreto-Lei n.º 42151 de 12 de Fevereiro de 1959, tendo por objetivo “a preparação dos oficiais dos três ramos das forças armadas num único agrupamento de estabelecimentos de ensino”. A Escola do Exército passaria a utilizar as atuais instalações da Amadora a partir de 18 de Novembro de 1951, exatamente com o curso “Viriato”. É, então, salientado que “os cursos frequentados com aproveitamento passam a ser equiparados, para efeitos gerais, aos demais cursos superiores”. O próprio Decreto-Lei de criação da Academia Militar, refere, no seu artigo 71.º, o dia 12 de Janeiro como “aniversário da fundação da Escola do Exército”, data importante para todos os filhos desta “Casa Mãe” dos Oficiais do Exército, da GNR e, em alguns períodos, da Força Aérea e da Marinha de Portugal (e inclusivamente de engenheiros civis).

A AM formou, também, alunos da Força Aérea até 1982, e alunos civis dos cursos de engenharia civil, mecânica e eletrónica, entre 1973 e 1980. Durante quatro anos letivos, entre 1992 e 1996, foi também ministrado, no Destacamento da Amadora, o ano de Formação Geral Comum (1.º ano comum com os três ramos das Forças Armadas e GNR), em cumprimento do Despacho n.º 77/MDN, de 1992.

Os primeiros alunos destinados à GNR foram admitidos no ano letivo 1991/92 e as primeiras alunas no ano letivo 1992/93.

A Academia Militar é atualmente um Estabelecimento de Ensino Superior Público Universitário Militar, que desenvolve atividades de ensino, de investigação e de apoio à comunidade, com a missão primária de formar oficiais destinados aos quadros permanentes do Exército e da Guarda Nacional Republicana.

Com um *campus* em Lisboa e outro na Amadora, confere aos futuros oficiais as competências necessárias ao cumprimento das suas missões, promovendo o desenvolvimento individual para o exercício de funções de comando, direção e chefia.

Nos últimos anos a Academia Militar tem desenvolvido um grande esforço no sentido de acompanhar a evolução do ensino superior em Portugal e na Europa, sem descurar a sua especificidade militar. Nesta linha de ação, a AM passou a fazer parte da Fundação das Universidades Portuguesas e concluiu entretanto a adequação dos seus cursos ao processo de Bolonha, conferindo o grau de mestre aos seus alunos através de um ciclo de estudos integrado que os habilita ao ingresso na categoria de oficiais dos quadros permanentes do Exército e da GNR, a saber: os alunos dos ciclos de estudos

de ciências militares (das Armas e da GNR – 5 anos) só escolhem a sua Arma (especialidade) no final do 3º ano; os alunos de saúde (7 anos), depois do primeiro ano militar, frequentam a Universidade nos cinco anos seguintes e antes do tirocínio; os alunos das engenharias (7 anos) frequentam o IST nos 5º e 6º anos, e antes do tirocínio nas Escola Práticas. Entretanto, os tirocínios passaram a incluir a formação geral militar, técnica e tática da arma ou serviço (15 semanas) e um estágio de natureza profissional (com prática de comando, em 13 semanas e um Trabalho de Investigação Aplicada, em 10 semanas).

A Academia foi ainda pioneira ao criar, em 2000, o primeiro centro de investigação (CINAMIL- Centro de Investigação da Academia Militar) ao nível dos estabelecimentos de ensino superior militar. Foi também o primeiro Estabelecimento de Ensino Superior Militar a ser sujeito a avaliação externa internacional, entre Março de 2006 e Março de 2007 (pela EUA – *European University Association*), e a organizar o primeiro seminário sobre “Política Europeia de Segurança e Defesa” no âmbito do “Erasmus Militar” Europeu em 2009.

A abertura e plena integração na sociedade civil, no sentido de relevar o papel da Instituição Militar (sobretudo depois do final da conscrição), levou ainda AM a desenvolver um conjunto de atividades, com destaque para os cursos de liderança e as pós-graduações ministradas a alunos civis e militares (Mestrados em Guerra de Informação/*Competitive Intelligence* e em Liderança – Pessoas e Organizações), algumas das quais em cooperação com outras universidades, casos do Mestrado em História Militar, com a Faculdade de letras da Universidade de Lisboa e do Mestrado e Doutoramento em História, Defesa e Relações Internacionais, com o ISCTE.

No entanto, o *core* da Academia Militar continua a estar centrado nas exigências específicas de ordem moral, intelectual e física (que consubstanciam a “condição militar”) dos futuros Oficiais dos quadros permanentes do Exército e da GNR. Nesse sentido, o *campus* da Amadora foi modernizado com novos e funcionais edifícios de laboratórios, salas de aulas, anfiteatros, salas de convívio de alunos e alojamentos, o que vem garantindo melhores condições de habitabilidade, mas também de funcionalidade em termos de ensino e de formação militar.

A Academia Militar é diferente das outras universidades no que respeita à formação científica de índole técnica e tecnológica, mas sobretudo na formação comportamental (consubstanciada numa sólida educação militar, moral e cívica) e na preparação física e de adestramento militar. Formar Comandantes com diferentes valências para enfrentarem, com eficácia e eficiência, as adversidades do *novo Mundo*, é um trabalho árduo e contínuo, mas também criativo e desafiante para todos quantos servem na Academia

Militar.

Com cerca de 700 alunos e 130 docentes (entre militares e civis), a Academia Militar vem desenvolvendo um trabalho de (e para o) futuro, o qual não pode, nem deve ser descontinuado, pois a qualidade dos frutos do futuro em muito deverão à exigência, ao rigor, à disciplina, e ao saber incutidos nas sementes de hoje.

Independentemente das contingências que se avizinham, entendemos que a Academia Militar deve continuar a ser: uma Escola de formação de oficiais fiel ao interesse global das Instituições que serve; uma Escola respeitadora das tradições, e construtora de novos caminhos sustentados pela inovação e criatividade; uma Escola de valores (lealdade, honra, dever e sentido de serviço por Portugal) que continue a atrair os *jovens portugueses*; um espaço aglutinador e integrador da *inteligência militar*; um instrumento importante para a consolidação de uma visão estratégica para o Exército e a GNR; um “ pilar estratégico da cidadania e da civilidade”; e um ator “reconhecido” do desenvolvimento de Portugal.

Num futuro caracterizado certamente pela globalização e por novos desafios e ameaças, a Academia Militar continuará a cuidar do mais adequado equilíbrio entre uma formação académica que acompanhe os progressos da ciência e uma formação comportamental que prepare os futuros oficiais para o desempenho das missões mais críticas.

A Academia Militar será “avaliada”, explicitamente pela qualidade dos frutos do seu trabalho, à luz dos mais avançados conhecimentos científicos e técnicos, e tacitamente pelo capital de orgulho dos seus alunos (militares e civis) em fazerem parte de uma Instituição secular indissociável da História de Portugal.

Com um património de relevantes serviços prestados à Nação, a Academia Militar continua a “construir o futuro hoje”, tendo por referência a Espada e o Livro do seu Brasão de Armas, com novos currículos adaptados aos novos tempos, mas também cuidando das componentes ética, militar, física e comportamental, específicas da instituição militar e apanágio do “Ser Oficial” do século XXI.